

TÍTULO: O SOCIALISMO E A PLANIFICAÇÃO EM CUBA NOS ANOS SESENTA.

AUTORES:

Marcelo Dias Carcanholo, Professor do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. mdcarc@uol.com.br

Paulo Nakatani, Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo. pnakatani@uol.com.br

TEMA:

Este estudo discute as relações e as divergências entre o mercado e a planificação socialista, tomando como referência duas formas diferentes de planificação. Uma delas de inspiração soviética, conhecida como o Cálculo Econômico, implantada em todos os países do leste europeu e a outra, criada por Che Guevara, chamada de Sistema Orçamentário de Financiamento, que foi utilizada no período em que Che foi o Ministro das Indústrias em Cuba. Incluímos nosso trabalho no conjunto de estudos críticos contra a tese do socialismo de mercado, pois consideramos que há uma incompatibilidade entre a construção do socialismo e a manutenção ou reforço dos mecanismos de mercado.

TESES

- 1) O sistema de planificação desenvolvido por Che era superior ao sistema soviético, para a construção de uma sociedade socialista, pois já indicava a supressão das principais categorias mercantis-capitalistas em sua implantação.
- 2) A lei do valor não é suprimida em sociedades de transição como a cubana, mas não pode ser reforçada pelo sistema de planificação – como o faz o Cálculo Econômico – sob pena de dificultar a transição para uma sociedade socialista.

EXPLICITAÇÃO DO DEBATE:

1) HISTORIOGRÁFICO

A planificação em Cuba: antecedentes.

Em 1961, “uma missão do comitê estatal de planificação tcheco discutiu com os técnicos cubanos o estabelecimento das bases de uma metodologia de planificação que, se bem que tivesse algumas limitações, tornou possível a formulação dos primeiros planos anuais de desenvolvimento econômico.”¹. Após a vitória da revolução Che foi nomeado para o Departamento de Indústrias do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), em seguida, assumiu o cargo de Presidente do Banco Nacional de Cuba e saiu dali para o posto de Ministro das Indústrias. O “Sistema Orçamentário de Financiamento” surgiu durante o período em que as empresas privadas foram sendo

¹ GUEVARA, Ernesto Che (1963a). Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a sistema presupuestario. In: DEUTSCHMANN, David e

expropriadas e as estrangeiras foram nacionalizadas e incorporadas ao Departamento de Indústrias. As dificuldades de administração e financiamento decorrentes da fuga maciça de técnicos e engenheiros para o exterior e do abandono de empresas por parte de seus proprietários conduziram o Che a idealizar o sistema de direção orçamentária.

Assim, durante a primeira metade dos anos sessenta, conviveram simultaneamente dois sistemas de planificação distintos, que expressavam diferentes visões sobre o papel da planificação na construção do socialismo e que geraram o que ficou conhecido como “o grande debate sobre a economia em Cuba”. A principal distinção entre esses dois sistemas estava na concepção sobre a gestão das empresas.

No sistema de autogestão financeira ou Cálculo Econômico, as empresas eram unidades autônomas, financiadas e controladas pelo sistema bancário, sob a direção da Junta Central de Planificação. O critério de desempenho dessas empresas era a lucratividade. Elas eram fundamentalmente as empresas e unidades de produção agrícolas que ficaram sob a responsabilidade do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INRA), após a criação do Ministério das Indústrias.

No sistema orçamentário de financiamento, as empresas foram consolidadas por ramos de produção e afinidades de produtos, eram financiadas pelo Orçamento Nacional e não tinham financiamento bancário. Cada empresa consolidada funcionava como um grande monopólio estatal e tinha um Diretor, que respondia diretamente aos vice-ministros do Ministério das Indústrias, que devia apresentar relatórios contábeis do desempenho das empresas. O critério de desempenho era o aumento da produção e da produtividade.

2) TEÓRICO

O debate sobre a planificação em 1963-1964.

Embora os dois sistemas tenham coexistido durante um certo tempo em Cuba o debate entre os seus defensores foi bastante intenso. Segundo Mandel,

O debate econômico de 1963-1964 em Cuba referiu-se a quatro questões principais, além de algumas questões subsidiárias. Duas questões são de ordem prática, versam sobre os problemas de política econômica do governo revolucionário: a organização das empresas industriais; a importância relativa dos estímulos materiais na construção do socialismo. As outras duas questões são de ordem teórica: o papel exato da lei do valor na época de transição do capitalismo

ao socialismo; a natureza estrita dos meios de produção estatizados nessa época (são mercadorias ou não?)².

Consideramos que além desses pontos ainda devem ser acrescentados outros dois pontos fundamentais: o papel dos bancos e a formação dos preços. Além disso, existe uma questão que permeia todas as outras e, portanto, está no cerne do debate, que é a interpretação específica sobre a dialética entre o desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção nos processos de transição de um modo de produção para outro.

A discussão sobre a lei do valor e a propriedade dos meios de produção

Os defensores do Cálculo Econômico consideravam que a lei do valor era necessária para que as trocas fossem efetuadas segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, que a alocação dos fatores de produção fosse ótima e impulsionasse o desenvolvimento das forças produtivas.

Para Mora, “Quando se assinala que a Lei do Valor funciona, se expressa o fato de que, como critério econômico, a produção é regulada pelo valor. Que os produtos são trocados de acordo com o valor de cada um. Enfim, que a Lei do Valor é, economicamente, um regulador da produção.”³. Bettelheim considerava que o grau de desenvolvimento das forças produtivas, até nos países socialistas mais desenvolvidos, não permitia o pleno conhecimento das necessidades sociais. Por isso, era impossível distribuir de maneira eficaz os meios de produção, os produtos em geral. Daí decorre

... o papel da lei do valor e um sistema de preços que deve refletir não somente o custo social dos diferentes produtos, mas também expressar as relações entre a oferta e a demanda destes produtos e assegurar, eventualmente, o equilíbrio entre esta oferta e esta demanda quando o plano não possa assegurá-lo *a priori* e quando o emprego de medidas administrativas para realizar este equilíbrio comprometeria o desenvolvimento das forças produtivas⁴.

Os defensores do Cálculo Econômico afirmavam que os proponentes do Sistema Orçamentário de Financiamento refutavam a vigência da lei do valor na economia cubana da época, e que esta continuaria existindo em razão da diversidade de formas de propriedade. As trocas seriam realizadas entre os diversos proprietários e continuariam regidas pela forma valor. A forma valor subsistiria porque o caráter social dos trabalhos

² MANDEL, Ernest (1967). El debate económico en Cuba durante el período 1963-1964. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 347.

³ MORA, Alberto (1963). En torno a la cuestión del funcionamiento de la ley del valor en la economía cubana en los actuales momentos. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 23.

realizados nas diversas unidades de produção (pertencentes a proprietários distintos) era realizado através do mercado, nos atos de compra e venda. A produção para consumo de outro, que não o produtor, garantiria a existência da lei do valor.

A resposta do Che, em primeiro lugar, resgata Marx para mostrar que um produto passa a ser mercadoria quando é produzido (trabalhado) para o consumo de outro e a transferência de propriedade ocorre pelo ato da troca. Ou seja, produção para o consumo de outro é condição necessária mas não suficiente para que o produto seja mercadoria⁵.

Especificamente sobre o funcionamento da lei do valor em uma sociedade socialista Che foi categórico:

Negamos a possibilidade de uso consciente da lei do valor baseado na inexistência de um mercado livre que expresse automaticamente a contradição entre produtores e consumidores; negamos a existência da categoria mercadoria na relação entre empresas estatais, e consideramos todos os estabelecimentos como parte da única grande empresa que é o Estado (ainda que, na prática, ainda não ocorre em nosso país)⁶.

Ele respondia assim a idéia segundo a qual a lei do valor continuaria existindo, mas poderia ser utilizada pelo homem no planejamento. Planejamento e lei do valor seriam contraditórios pelo simples fato de que esta última só se manifesta *ex-post* no ato da troca, enquanto o primeiro tem um caráter de antecipação das decisões de produção, consumo e acumulação, isto é, antes delas serem realizadas. Como seria possível utilizar-se de algo (lei do valor) que ainda não ocorreu, ainda não se manifestou⁷?

Além disso, a troca não é efetuada segundo o tempo de trabalho socialmente necessário nem nas economias capitalistas. Na transformação dos valores em preço de produção Marx já havia demonstrado que pela tendência à equalização na taxa de lucro, ocorrem transferências de mais valia dos setores menos desenvolvidos para os mais

⁴ BETTELHEIM, Charles (1964). Formas y métodos de la planificación socialista y nivel de desarrollo de las fuerzas productivas. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 204.

⁵ Alguns defensores do Cálculo Econômico afirmaram que seria uma condição suficiente para a permanência da forma valor a produção para consumo alheio. Assumindo isto seríamos obrigados a identificar a vigência da forma valor mesmo no feudalismo (e em outras épocas também) quando a produção não é consumida pelo seu produtor, embora essa apropriação não seja efetuada pela troca.

⁶ GUEVARA, Ernesto Che (1964b). Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 99.

⁷ Isso só seria possível se as condições complexas e dinâmicas que regulam uma determinada divisão social do trabalho se mantêm ao longo do tempo, possibilitando a projeção do passado para os acontecimentos futuros.

desenvolvidos. Por isso, os preços também não são fixados segundo o tempo de trabalho socialmente necessário⁸.

A troca segundo o tempo de trabalho socialmente necessário, pressupondo que o trabalhador receberia de acordo com a sua contribuição para a produção, também não é correta. De acordo com Marx, Che defende que a repartição do produto deve ser efetuada após a dedução de “uma parte para repor os meios de produção consumidos. (...) Uma parte suplementar para ampliar a produção” e um fundo de reserva. Além disso, devem ainda ser deduzidos da produção “os gastos gerais de administração (...) a parte que se destina a satisfazer necessidades coletivas, (...) os fundos de manutenção das pessoas incapacitadas para o trabalho⁹.

O Sistema Orçamentário de Financiamento não é nega a existência da forma valor. Ao considerar o Estado como uma grande empresa, com um só proprietário, nega-se a existência da forma mercadoria (valor) na transferência dos produtos entre as unidades e, portanto, a necessidade de pagamentos por essa transferência. Assim, dentro do socialismo, quando toda a propriedade for socializada, seria extinta a forma mercadoria e a lei do valor perderia sua vigência. Em sociedades de transição, como a cubana, a lei do valor continuaria existindo, como resto da antiga sociedade, dentro da economia e nas suas relações com o exterior (mercado capitalista mundial). Isso se manifestaria internamente quando o produto fosse vendido para o consumo final e/ou para o setor privado, ainda existente durante a transição, ou ainda quando as empresas estatais necessitassem adquirir algo produzido pelo setor privado. Em termos externos, as vendas e compras no mercado mundial seguiriam as normas da lógica mundial capitalista e, portanto, da lei do valor em escala mundial. À medida que o processo de socialização da propriedade fosse avançando, a vigência da lei do valor iria diminuindo. Quando, em uma sociedade socialista, toda a propriedade fosse coletiva, a forma valor seria extinta, ao menos no âmbito interno.

Os defensores do Cálculo Econômico advogam a existência da lei do valor e a possibilidade de utilizá-la para a formulação do planejamento. O Che não desconhece a permanência da forma valor nas sociedades de transição, mas não concorda com sua vigência quando as transferências de produto são realizadas dentro da “grande empresa

⁸ “O valor de troca aparece, de início, como a relação quantitativa, a proporção na qual valores de uso de uma espécie se trocam contra valores de uso de outra espécie, uma relação que muda constantemente no tempo e no espaço. O valor de troca parece, portanto, algo casual e puramente relativo; um valor de troca imanente, intrínseco à mercadoria, portanto uma *contradictio in adjecto*. MARX, Karl. *O Capital. Crítica da economia política*. Livro 1, vol. 1. São Paulo: Nova Cultural, 1985, p. 46.

estatal”, uma vez que não ocorreria transferência de propriedade intermediada pela troca, pelo valor, pelo dinheiro. Além disso, o aprofundamento do caráter socialista da revolução implicaria no aprofundamento do grau de coletivização da propriedade e, portanto, na diminuição da abrangência das categorias mercantis-capitalistas. A construção do socialismo é um processo que não é fadado ao sucesso. Manter ou aprofundar as categorias próprias da sociedade mercantil-capitalista não é algo que contribua para este processo, ao menos para o Che.

O papel das questões de ordem prática no debate

Segundo Mandel (1967), além dessas questões teóricas, o debate cubano ainda esteve assentado em questões de ordem prática, questões que diziam respeito ao funcionamento cotidiano dos sistemas de planejamento, a problemas de política econômica. Dentre essas questões está a organização das empresas industriais.

Para os defensores do Cálculo Econômico, o conceito de empresa era idêntico ao de unidade de produção, analogamente ao conceito capitalista de empresa. Por outro lado, no Sistema Orçamentário de Financiamento, a empresa era um conglomerado de fábricas ou unidades produtivas com mesma base tecnológica, destino comum para produção e localização geográfica similar¹⁰ Assim,

Nossa concepção, que não está implantada senão em determinados ramos da economia, considera o produto com um largo processo de fluxo interno durante o transcurso de todos os passos que deve dar no setor socialista até sua transformação em mercadoria, o que ocorre apenas quando há uma mudança de propriedade. Esta mudança se realiza no momento em que sai do setor estatal e passa a ser propriedade de algum usuário.

O caminho de um produto de uma empresa [estatal] a outra, de um mesmo Ministério ou de outro distinto, não deveria ser considerado senão como uma parte do processo de produção que vai agregando valores ao produto...¹¹

Essa concepção da empresa estatal como um fluxo interno de produção provoca uma diferença também na questão da formação dos preços. Enquanto no Cálculo Econômico os preços são formados de acordo com as condições de oferta e demanda, independentemente da transação ser realizada entre duas empresas estatais ou não,

⁹ GUEVARA, Ernesto Che (1964b). Sobre el sistema presupuestario de financiamiento. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 95.

¹⁰ PERICÁS, Luiz Bernardo. *Che Guevara e o debate econômico em Cuba*. São Paulo: Xamã, 2004, p. 116.

¹¹ GUEVARA, Ernesto Che (1963a). Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a sistema presupuestario. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 71.

atendendo, à lei do valor, a determinação dos preços no Sistema Orçamentário de Financiamento seria feita de acordo com os custos de produção.

Os custos de produção incluiriam as matérias primas¹², materiais indiretos, a força de trabalho¹³, o desgaste dos meios de produção e um aporte das empresas estatais para a previdência social medido em função do fundo de salários¹⁴. Os eventuais lucros obtidos com a venda final para o setor privado seriam incorporados ao orçamento nacional ao invés de acumulados individualmente pelas empresas. Os preços para a população estariam fixados independentemente desses ajustes, atendendo à demanda e a necessidade vital de cada produto, podendo até, de acordo com a necessidade social e o caso específico, oferecer produtos a preços inferiores ao total dos custos.

Um outro ponto do debate é a questão dos bancos, embora seja de ordem prática, por se associar à natureza da organização das empresas, está ligado à discussão teórica.

Font¹⁵, presidente do Banco Nacional de Cuba, enumerou sete funções econômicas de um banco em um sistema socialista. Para ele o Banco Nacional deveria: a) regular a circulação monetária, b) ser o centro de ajuste e pagamentos do país, c) conceder créditos, d) financiar o investimento, e) administrar as divisas e operações internacionais, f) organizar a poupança da população e, g) manter o controle econômico bancário em função do planejamento.

Guevara¹⁶ responde ressaltando que o papel do dinheiro em uma sociedade de transição deve cumprir apenas as funções de unidade de conta e meio de circulação, e esta última apenas nas transações entre o setor socialista e o não-socialista, que incluiria o setor privado e os consumidores finais. Em uma sociedade socialista, o dinheiro como meio de pagamento e, desenvolvido, como capital portador de juros, seria um contra-senso.

¹² Para as matérias primas importadas seria considerado um preço fixo (estável) baseado em uma medida do mercado internacional adicionado do custo de transporte. As matérias primas nacionais seriam consideradas de acordo com o custo real de produção em termos monetários.

¹³ GUEVARA, Ernesto Che (1963a), em: Consideraciones sobre los costos de producción como base del análisis económico de las empresas sujetas a sistema presupuestario. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs), op. cit., usa a nomenclatura força de trabalho. É de se perguntar se faz sentido utilizar essa nomenclatura que diz respeito à mercadoria força de trabalho no sistema mercantil-capitalista. Em GUEVARA (1964), o Che já utiliza com mais rigor a terminologia “gastos com trabalho planificado”. GUEVARA, Ernesto Che (1964a). La planificación socialista, su significado. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs), op. cit., p. 111-122.

¹⁴ O Che afirma que esse aporte tende a ser desconsiderado com o aprofundamento do processo socialista, já que o Estado passaria a incluir um capítulo em seu orçamento especificamente para isso.

¹⁵ FONT, Marcelo Fernandez (1964). Desarrollo y funciones de la banca en Cuba. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 305-323.

¹⁶ GUEVARA, Ernesto Che (1964c). La banca, el crédito y el socialismo. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 324-343.

No Sistema Orçamentário de Financiamento, e em uma sociedade socialista, o banco deve fornecer às empresas as quantidades de dinheiro estipuladas pelo orçamento. Considerando a empresa como um fluxo interno de produção, não existindo trocas ao longo do processo, o banco funcionaria como uma simples caixa contábil que registraria os movimentos, uma vez que as unidades de produção não possuem fundos próprios e as suas receitas são reintegradas ao orçamento nacional. Não haveria espaço, portanto, para a existência de juros, uma vez que o Banco Nacional não funcionaria como uma entidade bancária capitalista, que comercializa a mercadoria-capital com o objetivo de acumulação privada dos juros cobrados. Este Banco serviria apenas para contabilizar os recursos repassados às empresas, de um lado, e por outro, as receitas auferidas por estas na venda final de seus produtos. O excedente que porventura fosse auferido seria incorporado diretamente ao orçamento nacional, e seria utilizado de acordo com as deliberações coletivas da sociedade para os próximos períodos.

Sendo assim, o Che critica primordialmente as funções c, d, f e g, enumeradas anteriormente. Conceder créditos, cobrando juros por isso, ainda que para financiar investimento produtivo seria um absurdo no socialismo, pois implicaria na acumulação privada, dentro dos bancos, de uma parcela de excedente, uma característica do modo de produção capitalista. Para o Che, as empresas estariam vinculadas, por intermédio do banco (de forma meramente contábil) ao orçamento estatal, o que nega a autonomia financeira e de gestão das unidades produtivas, ponto importante para o Cálculo Econômico.

O outro ponto de discussão que diz respeito às questões de ordem prática, embora também tenha um forte peso teórico¹⁷, é a relação entre os estímulos materiais e os estímulos morais dentro de uma sociedade de transição para o socialismo.

Os defensores do Cálculo Econômico afirmavam que o estímulo material, isto é, a recompensa econômica, na maior parte das vezes monetária, seria a melhor forma de estimular o trabalho e propiciar o aumento de produtividade no processo produtivo. Além de afirmar a necessidade do estímulo material, estes autores sustentaram que este tipo de estímulo não se contrapunha ao desenvolvimento da consciência socialista.

Por outro lado, o Sistema Orçamentário de Financiamento não negava a necessidade objetiva de estímulos materiais, mas afirmava categoricamente que eles não

¹⁷ Principalmente no que diz respeito ao papel do Homem Novo na construção da Nova Sociedade Socialista, assunto tratado a seguir.

poderiam ser utilizados como estímulos fundamentais¹⁸, e deveriam ser reduzidos conforme aumentasse o grau de educação e consciência socialista propiciados pelo crescimento dos estímulos morais. Dessa forma, o sistema de incentivos dentro de uma sociedade de transição deveria combinar os estímulos materiais com os estímulos morais, incentivando com o aprofundamento do processo a diminuição dos primeiros e a expansão dos últimos, dentro de uma evolução da consciência coletiva socialista, obtida não apenas por esforços de educação, mas também de comprometimento social, emulação socialista e trabalho voluntário.

A idéia defendida dentro do sistema de Cálculo Econômico de que o motor fundamental é sempre o estímulo material está assentada numa idéia antropológica de cunho liberal, segundo a qual existiria uma natureza humana de competição/concorrência individual, independente do modo de produção e impossível de ser transformada pela educação e desenvolvimento da consciência coletiva. Isto significa que, nesta concepção, a natureza humana é definida a *priori* como de natureza hedonista e de autopromoção individual em razão do estímulo material¹⁹. Por isso este teria que estar presente em uma sociedade de transição, e também no socialismo. Mais uma vez, defende-se a manutenção, quando não o aprofundamento, de categorias mercantis-capitalistas em sociedades de transição, e até dentro do socialismo.

¹⁸ “Consideramos que, em economia, este tipo de alavanca [o estímulo material] adquire rapidamente *status* de categoria *per se* e logo impõe sua própria força nas relações entre os homens. Não se pode esquecer que vem do capitalismo e está destinada a morrer no socialismo” (GUEVARA, Ernesto Che (1964b). Sobre el sistema presupuestário de financiamiento. In: DEUTSCHMANN, David e SALADO, Javier (Orgs.), op. cit., p. 90.

¹⁹ “O ser humano é eminentemente competitivo” (SILVA, Luiz Inácio Lula da. (2000) Intervenções do Público. In: *Economia Socialista – socialismo em discussão*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000, p. 72). Esta pérola foi pronunciada pelo atual presidente do Brasil em um debate sobre socialismo.